

**O TERRITÓRIO NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE MOSSORÓ/RN:
UMA DISCUSSÃO SOBRE A BINARIDADE RURAL/URBANA A PARTIR DE
WEBER, DURKHEIM, MARX E GIDDENS¹**

**THE TERRITORY IN THE IMMEDIATE GEOGRAPHICAL REGION OF
MOSSORÓ/RN: A DISCUSSION ON RURAL/URBAN BINARITY AS OF WEBER,
DURKHEIM, MARX AND GIDDENS**

João Paulo Silva dos SANTOS²
Joana Tereza Vaz de MOURA³
Winifred KNOX⁴

Resumo: A compreensão sobre como as relações contraditórias existentes entre fatores naturais, sociais, políticos e econômicos podem promover a formação de territórios e de suas características socioeconômicas é provavelmente uma das mais complexas tarefas das ciências sociais. A heterogeneidade dos territórios e das suas dinâmicas foi um dos pilares que serviu para a análise e comparações de fenômenos sociais realizadas por teóricos como Weber, Durkheim, Marx e por Giddens. Nesse contexto encontram-se as discussões que tratam das relações existentes entre os territórios rurais e urbanos. As análises da sociologia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX criaram uma forma de pensar essas duas áreas como categorias espaciais opostas e de modo binário. A proposta deste artigo é, a partir de concepções verificadas em Weber, Durkheim, Marx e Giddens e do aprimoramento do entendimento sobre o termo “território” realizado por teóricos brasileiros, posicionar a realidade da Região Geográfica Imediata (RGIM) de Mossoró no debate territorial binário rural/urbano. Foram criados mapas com as tipologias definidas pelo IBGE e por meio de uma abordagem qualitativa, realizou-se análises baseadas na conjuntura territorial da área determinada. Dos 17 municípios da RGIM apenas Mossoró e Areia Branca foram classificados oficialmente como urbanos. Apodi, Baraúna, Caraúbas, Itaú e Rodolfo Fernandes foram considerados intermediários e o como rurais. É possível apreender que os territórios rurais em boa parte da RGIM não podem ser entendidos como periféricos aos urbanos. O processo que prevê que os territórios rurais serão eclipsados pelo avanço da urbanização não possui uma atuação forte na RGIM e é provável que as relações rural/urbano estejam associadas a emergência de uma nova ruralidade.

Palavras-Chave: Região; Território; Rural; Urbano; Nova Ruralidade.

Abstract: Understanding how the contradictory relationships between natural, social, political and economic factors can promote the shaping of territories and their socio-economic characteristics is probably one of the most complex tasks of the social sciences. The heterogeneity of territories and their dynamics was one of the pillars that served for the analysis and comparison of social phenomena carried out by theorists such as Weber, Durkheim, Marx and Giddens. In this context are the discussions that deal with the existing relations between rural and urban territories. The analyses of sociology between the end of the 19th century and the first decades of the 20th century created a way

¹ Este artigo é fruto da disciplina obrigatória “Dinâmicas Territoriais e Novas Ruralidades” do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

² Doutorando em Estudos Urbanos e Regionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: joaozcx@yahoo.com.br.

³ Doutora em Ciência Política. Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR), Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: joanateresa@gmail.com

⁴ Doutora em Ciências Sociais. Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR), Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: winknox@gmail.com

of thinking about these two areas as opposite spatial categories and in a binary way. The proposal of this article is, based on conceptions verified in Weber, Durkheim, Marx and Giddens and the improvement of the understanding of the term "territory" by Brazilian theorists, position the reality of the Immediate Geographic Region (RGIM) of Mossoró in the binary rural/urban territorial debate. Maps were created with the typologies defined by IBGE and through a qualitative approach, analyses based on the territorial conjuncture of the determined area were performed. Of the 17 municipalities of RGIM only Mossoró and Areia Branca were officially classified as urban. Apodi, Baraúna, Caraúbas, Itaú and Rodolfo Fernandes were considered as intermediaries and the one as rural. It is possible to apprehend that the rural territories in much of the RGIM cannot be understood as peripheral to the urban ones. The process that foresees that rural territories will be eclipsed by the advance of urbanization does not have a strong role in the RGIM and it is likely that rural/urban relations are associated with the emergence of a new rurality.

Keywords: Region; Territory; Rural; Urban; New Rurality.

Introdução

A compreensão sobre como as relações contraditórias existentes entre fatores naturais, sociais, políticos e econômicos podem promover a formatação de territórios e de suas características socioespaciais é provavelmente uma das mais complexas tarefas das ciências sociais. As tentativas de rastrear e elucidar os caminhos dos fluxos de causalidades existentes entre os elementos que compõem a totalidade do espaço geográfico, em meio aos heterogêneos palcos da realidade social, representam uma constante inquietude científica por explicações objetivas e sistematizadas (GIL, 2002).

Iniciativas que buscam a aproximação analítica de pequenas partes dos processos que unem os fatores responsáveis pelo agigantamento do fenômeno social parecem ser um grão de areia em um deserto. Certamente são, entretanto, por apresentarem explicações de várias realidades distintas, mesmo que minúsculas do tecido social, elas formam uma rede de conhecimento que sustenta e demonstra a complexidade das teorias sociais.

É somente a partir do agrupamento e da investigação das relações existentes entre os inúmeros fenômenos particulares que os percursos das causas múltiplas, que pilotam a trajetória dos acontecimentos sociais, podem ser sistematicamente entendidos em todas as suas nuances, incluindo as condições em que as populações se aglutinam em territórios e se relacionam em uma interminável rede mútua de dependência, exploração, conflitos e hierarquias (WEBER, 1979; DURKHEIM, 1999; MARX, 2015). Neste universo está presente a questão dos processos envolvidos na apropriação, consumo e modificação das porções da superfície que a sociedade se desenvolve (SANTOS, 2013; HARVEY, 2005), conforme diferentes condições ocasionadas por oscilações internas e externas das formas estruturais que

suportam os sistemas sociais (GIDDENS, 2000) e pelo sistema produtivo capitalista (MARX, 2015).

Nesse contexto, a questão da heterogeneidade dos territórios e das suas dinâmicas (naturais, culturais, sociopolíticas e econômicas) foi um dos pilares que serviu de base para a análise e comparação de diversos fenômenos sociais realizadas por teóricos como Max Weber, Émile Durkheim, Karl Marx e mais recentemente por Anthony Giddens. Em cada país ou em certas regiões do mundo (Europa, América) surgiram escolas teóricas que por meio da utilização das bases dispostas pelos autores, criaram formas de explicar os processos sociais envolvidos na ocupação do espaço por pessoas, aldeias, comunidades e cidades. Exemplos disso são as escolas Alemã, Francesa e as anglo-saxônicas do Reino Unido e da América (FREITAG, 2006).

No Brasil, esse movimento ocorreu principalmente após o avanço da geografia crítica impetrado por uma onda de renovação de concepções epistemológicas e teóricas sobre as relações da sociedade com o território e a produção do espaço associado a dinâmica expansionista do capitalismo em múltiplas escalas (BRENNER, 2018). O resultado desse movimento fica evidente no debate acadêmico e nas concepções da realidade territorial brasileira desenvolvidas nas obras de Milton Santos (2001; 2002), Carlos Brandão (2009), Marcos Aurelio Saquet (2009), Rogério Haesbaert (2011), entre outros.

Estes autores criaram bases teóricas que determinam modos de análises essenciais no entendimento da relação do espaço com a sociedade e no entendimento do termo “território”. Eles contribuíram para que novas pesquisas avançassem no propósito da elucidação das consequências dos entrelaçamentos existentes entre os fatores impulsionadores e mantenedores da dinâmica socioespacial no Brasil. À vista disto, em uma aproximação com Santos (2002), Haesbaert (2007) e Brandão (2009), esta contribuição possui como concepção que o território é uma construção social forjada por uma multidimensionalidade de conflitos entre diferentes tipos de agentes, com trajetórias históricas diversas e interesses distintos. O território organiza-se por meio das relações sociais entre os agentes que, de forma assíncronica e de acordo com os multivariados movimentos de fixidez-fluidez do capital, ao mesmo tempo consomem, transformam e apropriam-se dos recursos naturais por meio de técnicas produtivas e de regulamentações sociopolíticas. Portanto a noção de território adotada engloba os espaços rurais e urbanos.

Carmo (2009) lembra que as análises da sociologia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX criaram uma forma de pensar os espaços rurais e urbanos existentes nos territórios como categorias opostas. Ele associa essa ideia a um modo de

raciocínio binário criado para analisar as duas realidades. A observação por essa lente promoveu a imagem da sociedade urbana como sinônimo da modernidade e a do meio rural como sinônimo de atraso, tradicional e periférico do urbano.

Davoudi e Stead (2002) interligam a questão da dicotomia entre o rural/urbano às transformações sociais acarretadas durante o processo acelerado da urbanização dos países europeus e aos movimentos migratórios da América do Norte, ocorridos entre os séculos XIX e XX. Nesta discussão surge o conceito de *continuum*. A ideia concebe que as características do espaço urbano avançam sobre o território rural provocando modificações dos modos de vida das pessoas do campo (CANDIOTTO e CORRÊA, 2009).

Wanderley (2000) debate que a concepção de *continuum* apresenta duas interpretações. A primeira é a que apregoa o fim das formas de vivência em espaços rurais devido a hegemonia do urbano sobre o rural. Outra, considera o *continuum* rural/urbano como um elo que integra dois espaços com modos de vida diferenciados, dois pólos extremos. Na segunda visão, a força das penetrações urbanas nas áreas rurais não representa o fim da existência do rural.

Neste contexto, a busca pelo entendimento, seja na forma binária ou na forma sistêmica, dos universos rurais/urbanos nas diversas regiões do Brasil possui o potencial de aprimorar os entendimentos sobre como estão se processando as relações (sociopolíticas, econômicas e de poder) entre os espaços rurais e urbanos e as consequências dessas dinâmicas na realidade territorial e social, em múltiplas escalas.

Buscando apreender conhecimento sobre as relações existentes entre os espaços rurais e urbanos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir das teorias desenvolvidas para abordar analiticamente os territórios e as suas características, executou pesquisas relacionadas a temática. Em 2017, o IBGE promoveu um estudo que adentrou esse debate com o intuito de diferenciar os espaços rurais e urbanos do Brasil. O objetivo do órgão foi classificar os municípios considerando as relações existentes entre as suas áreas urbanas e rurais (IBGE, 2017a).

Associado, ainda em 2017, o IBGE desenvolveu um novo modelo de regionalização territorial oficial para o Brasil. A mais recente regionalização ultrapassou os entendimentos sobre mesorregiões e microrregiões (IBGE, 2017b). Foram definidas novas formas conjunturais de agregação regional considerando dois tipos fundamentais de escalas territoriais que articulam os fluxos socioeconômicos e políticos do país e conectam as regiões por meio da hierarquia dos pólos urbanos e da rede de cidades.

As escalas consideradas pelo IBGE a partir de então são as regiões geográficas intermediárias (RGIM) e as regiões geográficas imediatas (RGIM). Nessa perspectiva, o pólo urbano de Mossoró apresenta-se como centro de uma RGIM que engloba 17 unidades federativas mais próximas. O município de Mossoró possui o maior protagonismo econômico entre os integrantes desta RGIM. Considerando o valor do Produto Interno Bruto, os municípios que possuem a maior importância são, respectivamente, Mossoró, Areia Branca, Apodi, Baraúna e Caraúbas (IBGE, 2020a)

Em meio a discussões sobre o território e as suas características a proposta central deste esforço acadêmico é, a partir de concepções territoriais verificadas em Weber, Durkheim, Marx e Giddens e do aprimoramento do entendimento sobre o termo “território” realizado por teóricos brasileiros, posicionar a realidade da RGIM de Mossoró no debate territorial binário e relacional do rural/urbano.

Para entender o posicionamento da RGIM na discussão foram criados mapas (*software QGIS 3.10.6*) com dados georeferenciados disponibilizados pelo IBGE. Após a confecção dos produtos cartográficos, por meio de uma abordagem qualitativa, foram realizadas análises da conjuntura territorial da RGIM de Mossoró considerando as relações existentes entre a espacialização das tipologias rurais/urbanas, a localização das comunidades rurais, a presença de áreas urbanizadas e as principais rodovias que interligam os espaços rurais e urbanos.

Breve apontamento sobre o território em obras de Max Weber, Émile Durkheim, Karl Marx e Anthony Giddens

As contribuições teóricas dos autores que serão apontados nesta seção consideram concepções que estão associadas às relações de poder, à hierarquia e às relações sociais, internas e externas ao território. O resgate de concepções sobre o território em teóricos como Weber, Durkheim e Marx foi realizado devido ao fato de que eles produziram suas teorias no período em que Carmo (2009) considera que as análises sociológicas criaram uma separação entre os espaços rurais e urbanos, originando um modo binário de análises sociais. Já a busca de concepções sobre o tema em Giddens ocorreu devido a importância de sua teoria para a caracterização e a explicação funcional das estruturas que formam as bases da sociedade

contemporânea⁵. Neste sentido, mesmo considerando que os autores destacados nesta seção realizaram reflexões sobre o conceito de território de modo subsidiário aos seus objetivos teóricos, é importante buscar essas concepções já que é possível identificar nas suas convicções elementos que se conectam com os atuais entendimentos sobre o que é o “território” no Brasil.

Verificando o desenrolar teórico de Weber (1979) é possível visualizar em suas análises a identificação da presença de relações de poder territoriais entre países e, em uma escala menor, entre comunidades políticas que atuam em determinados territórios:

Compreendemos por comunidade política aquela em que a ação social se propõe a manter reservados, para a dominação ordenada pelos seus participantes, um "território" (não necessariamente um território constante e fixamente delimitado, mas pelo menos de alguma forma delimitável em cada caso) (WEBER, 1979, p. 155).

Weber (1979) entende que a compreensão de comunidade política deve ser atrelada a ação social que se propõe a manter uma dominação ordenada, entre seus membros, de um determinado território. Para ele, o poder envolvido na dominação ordenada poderia estar repartido entre grupos dentro do território, mas também os membros da comunidade poderiam se utilizar da força para manter a ordem entre as ações sociais. O autor enfatiza que esse tipo de associação somente poderia ocorrer enquanto a comunidade política estivesse formatada por leis que seriam a fonte da organização social, extrapolando as questões econômicas e o valor dos bens materiais. Seguindo essas análises, o autor demonstra que as relações de poder nos territórios e as heterogeneidades que existem entre eles propiciam a dominação ordenada de um território em momentos históricos variados.

As relações de poder vigentes nas sociedades de determinados territórios, antes dos Estados-nação, eram criadas prioritariamente por ajustes diante de usurpações e associações de comunidades por meio de estabelecimento de compromissos ou imposição das autoridades políticas ou eclesiásticas (WEBER, 1979). Um exemplo dessa condição é visto na situação citada pelo autor onde um príncipe guerreiro, após conquistar um território de outro povo tinha a possibilidade de dispor dos prisioneiros e das riquezas do território conquistado por

⁵ Salientamos que essa foi uma escolha teórica dos autores, baseada em uma perspectiva sociológica do entendimento sobre o conceito de território. Entretanto, reconhecemos a existência de teóricos clássicos da ciência geográfica que abordaram, desde o surgimento dessa ciência, o tema do território, como Raffestin (1993) e Milton Santos, por exemplo. Para Raffestin (1993, p.144), “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.

meio da implementação de novos direitos impostos após a dominação. Essas afirmações demonstram que a histórica relação entre um Estado-nação territorialmente delimitado e poder é essencial para o entendimento da condição de determinadas áreas.

Weber (1979) estabelece, não de modo direto, a existência de uma diferenciação entre território urbano e o rural. Em uma verificação das características das cidades europeias plebéias da idade média, o autor esclarece a ocorrência de um tipo de imposição econômica por meio do poder no território. Para o teórico as corporações profissionais criadas nos espaços urbanos buscavam desarticular e segregar as corporações rurais artesanais. O objetivo era realizar a venda produtos produzidos nas cidades aos camponeses e obrigar a população rural a venderem sua produção somente na área urbana. Para o autor “pretendia a cidade a exclusão do território rural sujeito a seu domínio da concorrência artesanal” (WEBER, 1979, p.489).

Um outro tipo de abordagem sobre território pode ser encontrado em Durkheim (1975). O autor visualiza o território como o substrato da vida social, considerando na afirmação as suas características, a composição da população que o ocupa e as movimentações que ocorrem em sua superfície. Para ele, da mesma forma com que os indivíduos apresentam variações nos seus modos psíquicos de vida por determinadas organizações mentais, os modos de vida das populações apresentam variações de acordo com as características e as relações existentes nos territórios que elas ocupam e por onde se movimentam. Essa ideia pode ser verificada quando ele aborda os aspectos externos à sociedade:

Este território, as suas dimensões, a sua configuração e a composição da população que se movimenta na sua superfície são naturalmente fatores importantes na vida social; é o seu substrato e, assim como no indivíduo a vida psíquica varia consoante a composição anatômica do cérebro que lhe está na base, assim os fenômenos coletivos variam segundo a constituição do substrato social (DURKHEIM, 1975, p. 133).

Durkheim (1999) considera que a interação entre os habitantes dos territórios intensifica a divisão do trabalho devido ao desenvolvimento de vínculos que perpassam os laços familiares. Para ele desta condição surge o “cidadino”. O autor discute a ideia de que as populações de cada território vivem sobre ele com costumes e usos especiais dentro de uma dualidade entre atração das pessoas que possuem um espírito semelhante de maneiras de vivência e de repulsão dos indivíduos que são de outros territórios. Para ele, em segmentos territoriais dentro de um país, os movimentos de repulsão são menores. As regiões podem ser

abertas umas às outras na medida em que as diferenças entre os usos e os costumes, que incluem as formas de utilização dos recursos do território, não são essencialmente divergentes:

[...] cada divisão territorial tem usos e costumes especiais, uma vida que lhe é própria. Ela exerce, assim, sobre os indivíduos que são imbuídos de seu espírito, uma atração que tende a mantê-los no lugar e, ao contrário, a repelir os outros. Mas, dentro de um mesmo país, essas diferenças não poderiam ser nem muito numerosas, nem muito nítidas. Os segmentos são, portanto, mais abertos uns aos outros (DURKHEIM, 1999, p. 170-171).

Em Marx (2015), no manuscrito *Grundrisse*, é possível identificar que o autor considera o território como sinônimo de extensão de terra onde se desenvolve relações de produção baseadas na divisão do trabalho. Mas ele faz distinções sobre o processo histórico envolvido nessa condição.

Primeiramente, analisando as formas de propriedade que precederam a produção capitalista, ainda no momento de sociedades organizadas como comunidades tribais, a propriedade da terra estava associada ao pertencimento grupal, de um clã, que exercia formas de apropriação comunitária. Para participar da terra comunal, os indivíduos deveriam estar imersos no interior da comunidade. A propriedade da terra e o comportamento do indivíduo no território, nas primeiras sociedades, era um processo não relacionado a condição de produção pois a terra era uma espécie de prolongamento do corpo das pessoas inseridas nas comunidades:

Todavia, com isso, é ao mesmo tempo claro que essas condições se alteram. É somente pela caça das tribos que uma região da terra se converte em um território de caça; é somente pelo cultivo da terra que o território é posto como o prolongamento do corpo do indivíduo (MARX, 2015, p. 654-655).

Em outro momento, já dentro da condição do desenvolvimento do processo capitalista o teórico identifica o território como sendo uma parcela da superfície pertencente as classes que dele se apropriam ou de um Estado que possui uma forma de apreensão fundiária moderna e excludente pois o solo do território passa a ser capitalizado:

Por outro lado, quando, no interior de uma sociedade, as relações de produção modernas, i.e., o capital está desenvolvido em sua totalidade e essa sociedade se apodera de um novo território, como as colônias, p.ex., ela descobre, mais especificamente, seu representante, o capitalista, [descobre] que seu capital deixa de ser capital sem trabalho assalariado, e que um dos seus pressupostos não é só a propriedade fundiária em geral, mas a propriedade fundiária moderna; propriedade fundiária que, como renda da

terra capitalizada, é cara, e, enquanto tal, exclui a utilização imediata da terra pelos indivíduos (MARX, 2015, p. 343-344).

Para Marx, a partir da evolução deste processo, que resultou na consolidação da propriedade privada, o campo torna-se território da cidade. “O campo aparece como território da cidade; e não o povoado, como simples apêndice do campo” (MARX, 2015, p. 631).

Em Giddens (1991), considerando suas teses sobre como o poder e a dominação exercem influências nas propriedades estruturais e institucionais, o autor, fazendo uso de concepções de Max Weber, relaciona o território à ideia dos Estados-nação que para ele são a base da sociedade capitalista: “ sistema administrativo do estado capitalista, e dos estados modernos em geral, tem que ser interpretado em termos de controle coordenado que ele consegue sobre as arenas territoriais delimitadas” (GIDDENS, 1991a, p. 63).

Mesmo assim, dentro da concepção dos limites das terras dos Estados-nação, Giddens admite que as instituições sociais modernas são estruturas que exercem sua reprodução em sistemas sociais que não possuem territórios claros (BRUM, 2011). Isso ocorre devido ao alcance global das instituições modernas. Elas extrapolam o espaço temporal não considerando fronteiras dos Estados-nação ou territórios em contextos locais. Em meio a essa estruturação teórica, Giddens entende que o capitalismo moderno possui um eixo que engloba as relações existentes entre áreas urbanas e os seus adjacentes *hinterlands* rurais (BRUM, 2011). Nesse sentido Giddens passa a afirmar a existência de dois espaços distintos, que estão entrelaçados, dentro de um mesmo sistema social e produtivo.

É possível apreender com as concepções de Giddens que o rural e o urbano são um apanhado de formas de vivência onde agentes, dotados de capacidade de reflexão, orientados por regras estruturais e por relações de poder realizam o uso dos recursos disponíveis no tempo-espaço. Daí surgem princípios estruturais que organizam uma gama de instituições, caracterizando uma sociedade. Fatores como a dominação de territórios por instituições, a presença de normas que legitimam a ocupação do local e a força do sentimento que interliga os membros do sistema social criam uma identidade única em um território (BRUM, 2011).

A partir das considerações dos autores sobre os elementos que constituem os territórios e suas características é possível identificar que o entendimento de sua determinação, em mais ou menos intensidade entre os teóricos, perpassa pelas seguintes linhas de ideias: de delimitação espacial de uma comunidade política ou de um Estado-nação; da existência de relações de poder e conflitos entre os seus diversos agentes; da presença de fatores que influenciam a reprodução socioespacial capitalista e que criam formas de

dominação entre os homens; como base da vida social com costumes e relacionamentos entre diversos locais e como parcela da terra onde se desenvolve as relações laborais baseadas na divisão do trabalho.

Ademais entre as ideias dos autores destacados é importante verificar que, mesmo não desenvolvendo teorias sobre o tema, Weber e Marx, apontam a existência de uma dicotomia entre o rural e o urbano. Ela aparece nas suas obras como uma espécie de supremacia do urbano sobre o rural.

O aprimoramento do termo “território” no Brasil

As obras dos teóricos citados na seção anterior, mesmo não tratando o território de forma direta, possivelmente apontaram caminhos a seguir em relação à estruturação teórica do conceito de território, das suas características e do seu conteúdo. No Brasil, muitos autores se debruçaram de forma direta ou indireta sobre a tarefa de discutir as considerações sobre o território. Suas ideias estão alinhadas com o que foi discutido por Weber, Durkheim, Marx e Giddens.

Para Milton Santos, o espaço é criado pela utilização do território pelo povo. O território e as suas modificações ao longo do processo histórico antecedem o espaço. Nesse sentido, entendido como a base da criação do espaço geográfico pelas populações que o ocupam, o território representa um elemento físico, uma área delimitada. Mas ele não é estático e imutável, concebido apenas pela força do Estado moderno. Em virtude dos múltiplos atores, relações sociais e de poder envolvidas na sua configuração o território é construído e desconstruído, podendo não ter na sua delimitação uma linha definidora precisa devido às modificações das formas e funções do espaço construído pela sociedade. Para o autor a relação entre território e espaço efetua-se através de um movimento dialético no sentido de que o território não é uma forma engessada organizadora do espaço pois é nele onde se realiza atividades historicamente criadas pelo povo que o possui e o utiliza (SANTOS, 2002).

Santos (2002) entende que o território é uma expressão material do espaço. Ele contempla simultaneamente aspectos naturais e artificiais. Nesta ideia ele é uma construção histórica que evolui realizando gradativamente a negação da natureza primitiva. O território é institucionalizado por meio de normas técnicas, políticas e jurídicas que, organizam, configuram e o racionalizam.

Segundo Machado (2016, p.72), “Milton Santos deixa bem clara a derivação que o conduz da formação econômica e social à formação socioespacial, deixando evidente a matriz marxista em profundo diálogo com o discurso geográfico dos anos 1970”. Portanto, há concepções inerentemente marxistas na produção da discussão de Milton Santos sobre a noção de território, particularmente quando Santos discute a *formação socioespacial* baseada na categoria de *formação econômico-social* de obras de Marx.

Relacionado a esse modelo de território, realizando uma aproximação local e do cotidiano das pessoas Neves (1994), considerando Milton Santos, defende que é nele onde evidenciam-se os confrontos coletivos e individuais por meio de instrumentos que envolvem as leis orgânicas dos municípios e as ações responsáveis pela captação e distribuição dos recursos públicos e privados que fluem pelos territórios. Nesse sentido é na territorialidade local que as estratégias de dominação, relacionadas com as formas de distribuição dos recursos, são mais factuais.

Na atual fase de discussão sobre a globalidade das relações políticas e econômicas aceleradas pela reestruturação produtiva do capitalismo, os territórios, historicamente, por suas características diversas, se inserem de forma diferente na lógica da busca incessante por um padrão de desenvolvimento econômico. Neste processo estão envolvidos conflitos que ocasionam o surgimento de desterritorializações que alteram modos de vidas, deslocam pessoas e modificam paradigmas tradicionais. Mas, também fazem surgir as chamadas novas territorialidades que se constroem sobre os resíduos das descontinuidades das desterritorialidades, dos conflitos sociais e das remodelagens dos processos de produção, distribuição e consumo de mercadorias no espaço capitalista. Nesse sentido o território é um espaço de ação de agentes diversos e de relações intensas de poder (NEVES, 1994)

Para Brandão (2009) o território e as concepções sobre as necessidades do seu desenvolvimento são construções sociais forjadas por uma multidimensionalidade de conflitos devido às suas características formativas. Os diferentes tipos de agentes, de trajetórias históricas, de movimentos de fixidez-fluidez do capital e dos tipos de uso aplicados ao espaço ocasionam essa dinâmica. Interligado a essa visão o território pode ser considerado como uma unidade fundamental da reprodução social conflituosa. Para o autor, pensar em abordagens sobre o território significa contemplar decisões, contradições, iniciativas, omissões e interesses dos agentes que constroem a unidade ou a fragmentação dos territórios. O território possui uma elasticidade conflituosa que vai desde de micros/macros processos a micro/macro decisões.

Aprimorando a discussão do que é o território e do que ele é composto, Saquet (2009) associa a essa discussão abordagens simbólicas formadas por um conjunto dimensional associado a economia-política-cultura-natureza (E-P-C-N). Para o autor o território possui um caráter material e imaterial. Esses aspectos estão presente na vida cotidiana das pessoas tanto nas formas-objetos como nas formas-conteúdos que a sociedade constrói e reformula de acordo com suas necessidades, sejam elas físicas, artificiais, culturais, simbólicas ou institucionais, incluindo as formas de apropriação do espaço e as condições de exploração da divisão social do trabalho.

Todos esses processos ocorrem simultaneamente do interior para o exterior dos territórios, como em direção inversa. Os territórios podem ser fontes de influências sociopolíticas, culturais e econômicas, mas ao mesmo tempo podem sofrer grande influência de outros. Nesse sentido está o entendimento de Haesbaert sobre o caráter multidimensional (FUINI, 2017) das relações que ocorrem por meios políticos-jurídicos, econômicos, culturais e dos processo dominantes que também englobam, como entendido por Saquet (2009), fatores imateriais que produzem identidades e simbologias nos territórios. Mas elas não são homogêneas. As conflituosas ebulições sociais, econômicas e políticas existentes no território criam nos indivíduos um sentido de pertencimento próprio ao lugar por meio dos usos e das vivências no recorte espaço-temporal. Essa condição pode ser entendida como territorialidade (FUINI, 2017).

Haesbaert (2007, p. 20-21) aponta que o território deve ser pensado enquanto *locus* do poder, não somente do poder político, mas o poder no seu “sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”. Neste sentido, o território é um espaço permeado por relações de dominação, em que se tem uma “multiplicidade de poderes, neles (no território e na territorialização) incorporados através de múltiplos indivíduos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, como no sentido das lutas hegemônicas e de resistência)” (HAESBAERT, 2007, p.22).

A partir destas concepções, seguindo as linhas gerais das ideias dos teóricos destacados na primeira seção, pode-se entender que na atualidade os territórios expressam-se no espaço-tempo por meio de uma grande rede formada por interesses de agentes conflituosos, entendida em uma lógica reticular e que apresenta-se em diferentes graus escalares. É neste debate, inserido na imensidão da rede “globalizada” associada a busca por acumulação de capital e de captação de renda, que está presente a discussão sobre dois pólos territoriais (rural/urbano) sincronicamente distintos e interdependentes.

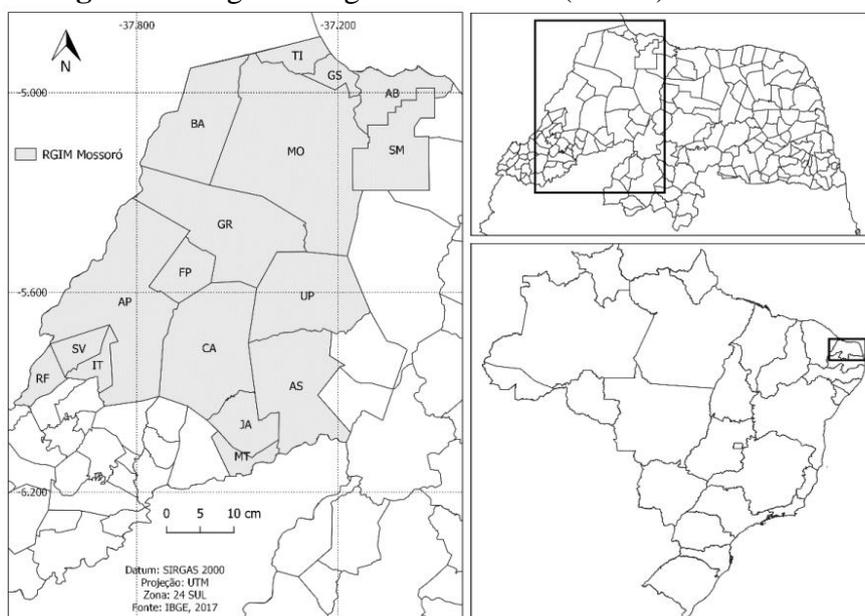
A binaridade rural/urbana no território da RGIM de Mossoró

Em 2017 o IBGE realizou uma nova divisão regional do Brasil e desenvolveu um outro modo de agregar os municípios, ultrapassando a ideia de Mesorregiões e Microrregiões (IBGE, 2017b). Na proposição o órgão realizou associações de regiões considerando as áreas com características comuns nos estados do território institucional do Brasil. As primeiras, em importância para a integração das áreas do país, são as Regiões Geográficas Intermediárias (RGIN). São locais posicionados em uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Imediatas. Essas áreas organizam o território ao criarem articulações geográficas imediatas devido a existência de um polo de hierarquia superior.

Já as associações menores na estrutura territorial do Brasil são as Regiões Geográficas Imediatas (RGIM) que possuem, na existência da rede urbana, o seu elemento principal. Nelas a proximidade dos centros urbanos permite que as populações da região satisfaçam suas necessidades básicas como compras de bens, busca por trabalho e por serviços (IBGE, 2017b).

A RGIM de Mossoró (figura 01) compreende os municípios de Apodi (AP), Areia Branca (AB), Augusto Severo (AS), Baraúna (BA), Caraúbas (CA), Felipe Guerra (FP), Governador Dix-Sept Rosado (GR), Grossos (GS), Itaú (IT), Janduí (JA), Messias Targino (MT), Mossoró (MO), Rodolfo Fernandes (RF), Tibau (TI), Serra do Mel (SM), Severiano Melo (SV) e Upanema (UP) (IBGE, 2017).

Figura 1 - Região Geográfica Imediata (RGIM) de Mossoró.



Fonte: Os autores com dados do IBGE (2017b).

Entre esses elementos, o critério que foi utilizado, tido como o mais adequado para a metodologia, foi o relacionado com os níveis de densidade demográfica. O órgão reconhece uma deficiência na sua metodologia. Para ele, a definição de tipos de espaços rurais e urbanos baseada na densidade demográfica em recortes territoriais municipais não é capaz de visualizar as variações existentes dentro dessas unidades da federação. O resultado dessa metodologia aplicada pelo IBGE foi a criação de uma tipologia descrita em uma matriz conceitual que caracteriza cada município como um tipo específico conforme suas características rurais/urbanas, que são predominantemente urbanos, intermediários e predominantemente rurais (figura 02).

Figura 2 - Matriz conceitual para a tipologia municipal rural/urbana no Brasil.

Faixas de população total em áreas de ocupação densa	Distribuição percentual da população em áreas de ocupação densa			
	Maior que 75%	50 a 75%	25 e 50%	Menor que 25%
Unidades Populacionais com mais de 50 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano			
Unidades populacionais que possuem entre 25 000 e 50 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano	Predominantemente urbano	Intermediário	Predominantemente rural
Unidades populacionais que possuem entre 10 000 e 25 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente urbano	Intermediário	Predominantemente rural	Predominantemente rural
Unidades populacionais que possuem entre 3 000 e 10 000 habitantes em área de ocupação densa	Intermediário	Predominantemente rural	Predominantemente rural	Predominantemente rural
Unidades populacionais com menos de 3 000 habitantes em área de ocupação densa	Predominantemente rural			

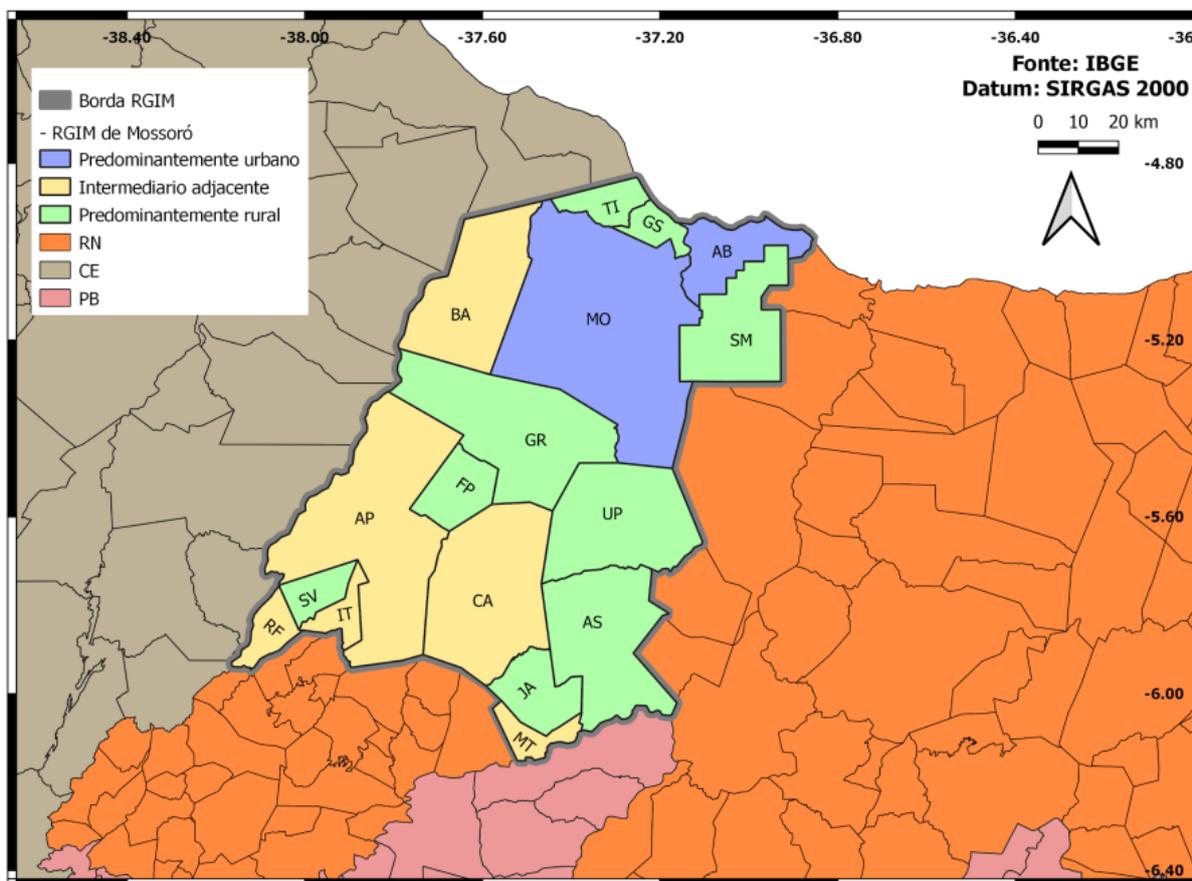
Fonte: IBGE (2017a).

Na RGIM de Mossoró, dos 17 municípios, apenas Mossoró e Areia Branca foram classificados como predominantemente urbanos. Mossoró enquadra-se na condição de unidade populacional com mais de 50 mil habitantes em uma área de ocupação densa. Já Areia Branca está classificado como unidade populacional que possui até 25 mil habitantes,

com mais de 75% das pessoas vivendo no ambiente urbano. Esses dois municípios são os que possuem, respectivamente, o maior valor do Produto Interno Bruto da RGIM analisada.

Os municípios de Apodi, Baraúna, Caraúbas, Itaú e Rodolfo Fernandes foram classificados na tipologia do IBGE como intermediários adjacentes. Os três primeiros respectivamente, completam os que apresentam os cinco maiores valores do PIB da região. Já os dois últimos se encaixam na condição de intermediários por terem mais de 75% da sua população residindo na área urbana do município. O restante dos entes municipais da RGIM de Mossoró são classificados pelo IBGE como predominantemente rurais, já que a parcela de pessoas que habitam os limites municipais estão em áreas sem densa ocupação urbana. A espacialização dessas considerações podem ser observadas na figura 03.

Figura 3 - Tipologia de territórios rurais/urbanos na RGIM de Mossoró.

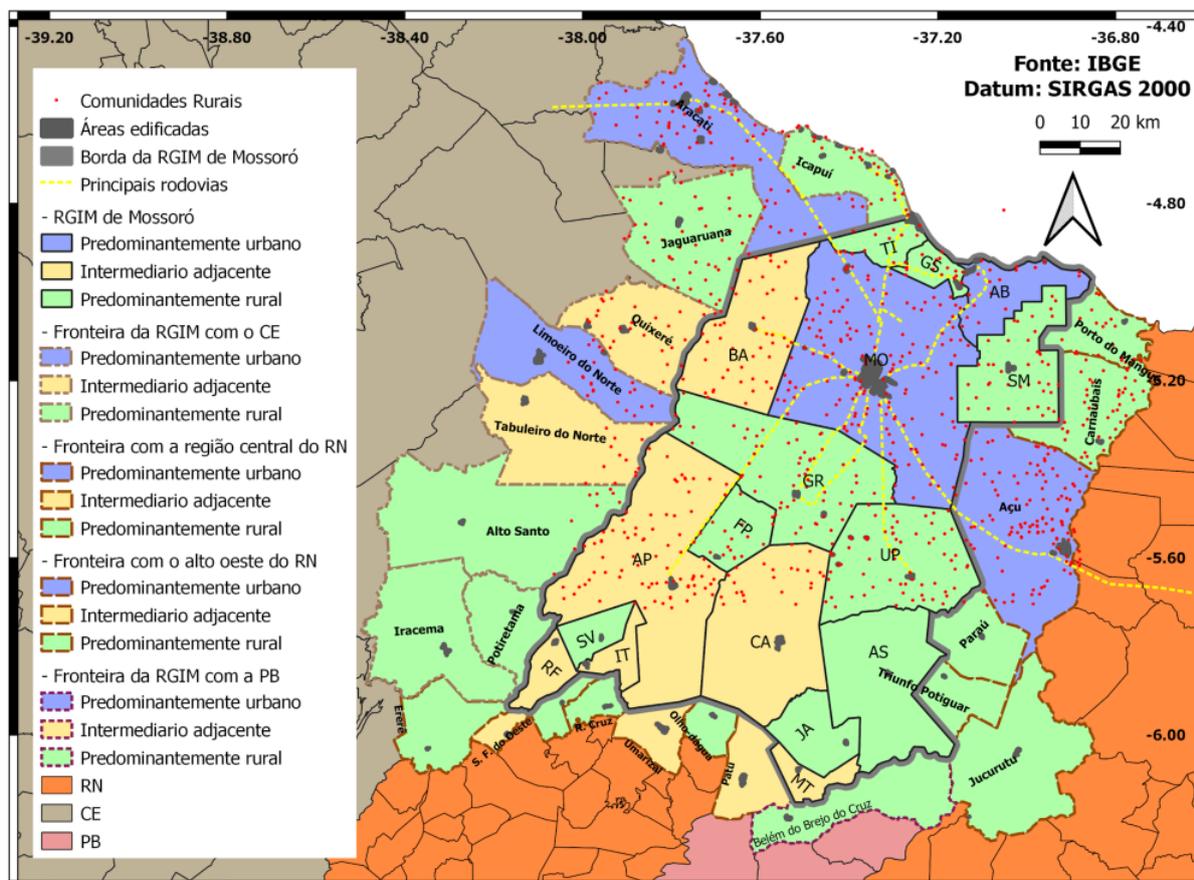


Ao expandir os limites da RGIM de Mossoró até os municípios que estão nas suas fronteiras, é possível identificar outras regiões do Rio Grande do Norte e do Ceará que possuem municípios classificados como predominantemente urbanos (figura 04). É possível

visualizar neste grupo Açú e Limoeiro do Norte, no sertão, e Aracati no litoral. Por meio da figura 04 visualiza-se a existência de um corredor de municípios intermediários adjacentes que, a partir dos municípios predominantemente urbanos, adentram ao sertão, sendo acompanhados por diversos municípios considerados predominantemente rurais.

Na figura 04 é possível identificar que na RGIM e em suas fronteiras, existe um universo territorial que engloba 958 comunidades rurais e 69 áreas edificadas que, além de serem os centros urbanos dos municípios, também são espaços rurais que possuem ruas com calçamento e praças comunitárias. O quantitativo de comunidades existente na região é maior, mas por falta de mais dados sobre a localização delas nos municípios foram inseridas apenas as que estão mais próximas dos entes municipais predominantemente urbanizados. Mas, mesmo com essa deficiência, os pontos presentes na figura são suficientes para exemplificar a condição envolvida na abordagem sobre a binaridade rural/urbana.

Figura 4 - Fronteiras imediatas, comunidades rurais, áreas edificadas e principais rodovias na RGIM de Mossoró.



Fonte: Os autores com dados do IBGE (2017b).

No mapa é possível identificar que a cidade de Mossoró interliga, por meio de rodovias federais e estaduais, quatro dos cinco entes municipais considerados urbanos. O município mossoroense é rota de cargas, pessoas, recursos e informações que transpassam continuamente o nordeste do Brasil, do litoral ao sertão. A centralidade de Mossoró (SILVA, 2017), interliga em um processo retroalimentável, os fluxos internos e externos das maiores regiões metropolitanas do extremo nordeste brasileiro (Fortaleza, Natal e Recife). Isso possivelmente concede a cidade de Mossoró, com sua força econômica terciária (SILVA, 2017), a condição de conectar materialmente, em uma via de mão dupla, dinâmicas das metrópoles mais próximas a de outras mais distantes (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) e permitir que os fluxos alcancem seus destinos⁶ ou que eles continuem sendo dispersados em direção aos menores espaços urbanos e as áreas rurais de vários municípios existentes na sua área de influência (IBGE, 2020b) ou em estados vizinhos, como o Ceará e a Paraíba.

Dentro desta dinâmica regional, a presença de 69 pequenas áreas com feições urbanas e de pelo menos 958 comunidades rurais, além de demonstrar que na RGIM de Mossoró os espaços rurais são abundantes entre as áreas urbanizadas, induz a ideia de que entre os espaços urbanos e rurais, onde as pessoas tecem historicamente as suas maneiras de aproveitamento do espaço e constroem suas relações socioespaciais com a porção do solo que lhe está disponível, transpassam continuamente interesses, conflitos e anseios por melhores modos de sobrevivência.⁷

Diante da realidade verificada é possível apreender que as ideias delineadas a partir das considerações de Weber, Durkheim, Marx e Giddens e dos autores brasileiros sobre o território são semelhantes a realidade territorial existente na RGIM. Esta conexão entre a abstração teórica e a condição empírica permite, considerando a tipologia rural/urbana do Brasil determinada pelo IBGE como uma base, desenvolver as seguintes conexões hipotéticas: a RGIM verificada possui uma delimitação espacial oficial dentro de um Estado-nação determinado onde estão presentes poucos municípios considerados urbanizados, circundados por muitas comunidades rurais que ao mesmo possuem conexões dependentes e conflitantes com as os espaços urbanizados; na região estão dispostas relações de poder desiguais desempenhadas por agentes distintos que possuem capacidade de influenciar simultaneamente, de forma endógena e exógena, os processos socioespaciais nos espaços rurais e urbanos; a concentração e a difusão dos fatores que influenciaram a reprodução das

⁶ Nacionais ou internacionais por meio do entroncamento com outras rodovias que interligam portos e aeroportos as cidades e as comunidades rurais.

⁷ Essa relação ao ao mesmo tempo aproxima e causa distanciamento entre o rural e o urbano.

condições sociopolíticas e econômicas nos lugares do território da RGIM criaram condições que determinaram a existência de relações ambíguas entre o rural e o urbano; os territórios dos municípios, com seus lugares rurais e urbanos, são a base da vida social onde coexistem costumes e relacionamentos entre diversos agentes e que são vivenciados tanto em espaços rurais e urbanos; e mais fortemente nos municípios predominantemente rurais, as pessoas desenvolvem relações laborais baseadas em uma divisão do trabalho que engloba características relacionadas tanto ao espaço rural como ao urbano⁸.

Neste sentido, a visão binária dos séculos XIX e XX sobre a existência de uma delimitação distinta que separa o espaço rural e o urbano (CARMO, 2009) não clarifica o quadro das relações socioespaciais atuais existentes na RGIM de Mossoró. Os vínculos entre os dois pólos mostram-se interdependentes e confluentes pois eles se mantêm interligados mesmo sofrendo impactos socioculturais que tornam os seus limites cada vez mais elásticos. A conjuntura territorial dos espaços rurais e urbanos na RGIM de Mossoró, por suas características físicas mais gerais como tipos de solos rochosos e rasos e clima semiárido, devido aos seus fatores sociopolíticos remanescentes do clientelismo advindos da cultura da política da dádiva (SALES, 1994), possui uma história em que possivelmente os seus processos internos⁹ não separaram totalmente, considerando as dimensões sociopolíticas e culturais, os habitantes rurais e os homens citadinos.

Na dimensão socioeconômica, por existirem poucos municípios predominantemente urbanizados na RGIM de Mossoró, as relações existentes entre os espaços rurais e urbanos são complementares devido à maioria dos municípios não possuírem funções urbanas bem desenvolvidas nem poder polarizador regional capaz de propiciar formas intensas de divisão do trabalho, ocasionando baixos níveis de renda entre a população. Um dado que demonstra essa condição é que em todo o Rio Grande do Norte, tanto nos médios como nos pequenos municípios boa parte das pessoas possuem suas rendas atreladas aos benefícios previdenciários. Em 46,7% das cidades potiguares o total dos benefícios governamentais é maior do que os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (DUARTE, 2019). A maior parte desses recursos, considerando a tipologia criada pelo IBGE (2017a),

⁸ Não trata-se aqui da eliminação teórica das figuras do camponês e do operário, mas sim da explicitação da busca pela sobrevivência, por meio do trabalho, vivenciada por muitos indivíduos que habitam a região. Um exemplo disso é a seguinte condição: o mesmo cidadão que reside em uma comunidade rural com um familiar aposentado, trabalha informalmente como comerciante em um município prioritariamente rural, nas horas vagas realiza a manutenção da sua produção agrícola em seu lote familiar e ao mesmo tempo está esperando uma vaga de emprego em uma empresa que presta serviços terceirizados a estatais ou em uma fábrica de cimento localizada em municípios próximos que possuem maior dinâmica socioeconômica.

⁹ Processos que absorveram e foram alterados por dinâmicas externas advindas de outros territórios mas que assumiram uma dinâmica própria como a discutida por OLIVEIRA (1982).

possivelmente pode ser o modo de subsistência da maioria das pessoas que possuem moradia tanto nos espaços urbanos dos municípios não prioritariamente urbanizados como dos indivíduos que residem em comunidades rurais mais distantes das sedes governamentais municipais.

Essas condições indicam que os municípios sem predominância urbana da RGIM de Mossoró e de suas adjacências possuem uma singularidade rural/urbana próxima onde os modos de vida das pessoas que realizam a construção social desses espaços podem até mesmo não possuir determinações claras dentro das funções produtivas e na divisão de trabalho como ocorre em grandes áreas urbanas. Carmo (2009) evidencia algo relacionado a essa perspectiva quando expõe que os espaços rurais sofrem alterações resultantes da penetração dos ideais de vida urbana mas que esse processo não está generalizado em todos eles devido a falta de homogeneização no avanço da urbanização e também devido ao fato de que as comunidades rurais, em seus territórios imbuídos de relações socioeconômicas, culturais e ambientais próprias do local, apreendem de forma singular as vivências e relações cidadinas que chegam até elas.

A dinâmica entre o rural e o urbano, mais ainda nos municípios prioritariamente rurais do território da RGIM de Mossoró, cria uma estreita relação entre os agentes urbanos e os agentes do campo, que se confundem. Nesses lugares a vizinhança, entendida por Park (1952), como o fator espacial e social mais simplório dos espaços citadinos pode aglutinar, ao mesmo tempo, características de modos de vida de áreas urbanizadas e de ambientes rurais. Em tal realidade as pequenas porções urbanas desses municípios, ao reunir elementos de produção e ao centralizar (LEFEBVRE, 1983) dinâmicas socioeconômicas vindas de outras regiões e da sua própria *hinterlândia*, cria um palco de vivências que entrelaça as características do rural e do urbano e as tornam *peri urbanizadas* ou *híbridas*.

Diante dessas considerações é possível apreender que os espaços rurais da RGIM de Mossoró não podem ser entendidos como apenas periféricos aos urbanos. Na região o rural e urbano são dimensões espaciais complementares das práticas sociais que se dispersam pelo território. Para compreender a relação rural/urbano da RGIM de Mossoró é necessário seguir a ideia de Whitacker:

Urbano e rural, cidade e campo. Esta distinção é necessária porque cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão e por ser continentes de processos socioespaciais próprios e complementares. Urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. Enfim, cidade e campo são formas espaciais. Urbano e rural

possuem, acima de tudo, uma dimensão processual, são conteúdo e contingente (WHITACKER, 2010, p. 191).

Assim a noção de *continuum*, onde os processos advindos da modernidade urbana alteram o cotidiano das pessoas que habitam os espaços rurais até eles tornarem-se urbanizados (CARMO, 2009) perde força. É mais viável pensar que em municípios predominantemente rurais da RGIM de Mossoró pode estar acontecendo um *continuum* reverso. Nesse cenário os pequenos espaços urbanos da RGIM podem estar sendo cada vez mais influenciados pelos condicionantes, interesses e conflitos advindos dos agentes das áreas rurais, principalmente nos municípios mais distantes da linha de entidades municipais que possuem predominância urbana (Mossoró, Areia Branca, Aracati e Açú). A condição pode ser associada a um tipo de androginia onde as características rurais e urbanas se homogeneizam, mas que ao mesmo tempo conservam suas identidades (WANDERLEY, 2000).

Da base dessas considerações não estão desconectadas as séries de alterações nas dimensões sociais e da E-P-C-N que os espaços rurais dos municípios vêm sofrendo devido ao avanço da urbanização (CARMO, 2009), principalmente nas áreas predominantemente urbanas da RGIM de Mossoró. Mas, por meio da espacialização das tipologias de caracterização rural/urbana dos municípios, aliada a identificação do grande espraiamento das comunidades rurais na região, é possível apreender que o processo que prevê que os espaços rurais serão eclipsados pelo avanço da urbanização não possui uma atuação forte na RGIM de Mossoró.

A conclusão de um gradativo fim dos espaços rurais na RGIM de Mossoró não pode ser atualmente apreendida devido ao fato de que ela rejeita uma condição essencial do território. Na RGIM de Mossoró os espaços rurais e urbanos são essencialmente produto de uma conformação social histórica que, desde a criação das primeiras aglomerações de pessoas associadas as rotas do gado no período colonial (CLEMENTINO, 1995; PINHEIRO, 2007), criou entre esses espaços contínuos fluxos de pessoas, recursos, mercadorias, relações de poder e de conflitos (MATHIEU, 1990). É mais viável, conforme o entendimento de Wanderley (2000), entender que as relações entre o rural e o urbano na RGIM de Mossoró estejam, em suas formas modernas, associadas à emergência de uma nova ruralidade.

Portanto, para entender as relações socioespaciais existentes entre o rural/urbano na RGIM de Mossoró é preciso abordar a temática por meio de uma visão integral (NAVE, 2003; CARMO, 2009). É necessário considerar tanto a dicotomia entre eles como as suas similaridades visualizando a dialética que se constrói no cotidiano dos lugares, nos

deslocamentos das pessoas entre os espaços rurais e urbanos, entre as relações sociais de poder e os conflitos que coexistem no interior e entre cada um deles, de forma direta e indireta.

É imprescindível visualizar os espaços rurais da RGIM de Mossoró como uma construção social resultante de conjecturas sociopolíticas, ambientais e econômicas que estabeleceram e estabelecem relações socioespaciais próprias entre os lugares rurais e urbanos. Essas forças, ao mesmo tempo que bloqueiam características do modo de vida urbano nos espaços rurais, as introduzem no cotidiano das comunidades que o habitam. O resultado desse movimento é a não aceleração do esgotamento demográfico e socioeconômico dos espaços rurais. As comunidades assentadas na dimensão rural da RGIM não podem ser consideradas marginalizadas do processo de urbanização já que a relação entre as pessoas que habitam esses locais e as que estão nas áreas urbanizadas, principalmente em municípios com pequenas áreas urbanas, ocorre quase como uma convivência de vizinhança (PARK, 1952).

Por fim, a partir dos apontamentos realizados sobre a questão da binaridade rural/urbana na RGIM de Mossoró fica explícito que no território dessa região do extremo nordeste do Brasil “os mundos” rurais e urbanos são íntimos. As análises realizadas apontam para a ideia de que os processos envolvidos na conjuntura rural/urbana estão interligados com as relações de poder que delimitaram espacialmente as fronteiras da RGIM de Mossoró por meio de condições conflituosas relacionadas a disputa por porções de terras, recursos e pela divisão do trabalho (WEBER, 1979; DURKHEIM, 1999; MARX, 2015). Além disso, é possível verificar que o baixo nível dicotômico entre o rural/urbano é produto de duas condições. A primeira está relacionada as influências das formas diferenciadas de vivência das pessoas, concomitantemente em cada um desses “mundos” e em ambos. Em um quadro mais amplo pode-se considerar que a proximidade entre o rural e o urbano na RGIM de Mossoró é uma consequência da constante extrapolação de fronteiras das instituições que formataram historicamente a estrutura social devido à intensificação, em dimensões e em intensidade, dos fluxos decorrentes do processo capitalista que perpassam o seu território e o conecta a outros em escalas variadas (DURKHEIM, 1999; GIDDENS, 1991).

Considerações finais

A complexidade das características envolvidas na temática territorial perpassa fortemente pela dualidade histórica existente entre os espaços rurais e urbanos. A partir da

verificação e análises realizadas por meio das características dicotômicas dos modos de vida e dos tipos de homens desses lugares vários estudos evidenciaram que eles possuem diferenças mas que elas são conectadas por um tipo de dependência mútua. Historicamente o rural e o urbano alteraram importâncias e forças influenciadoras em suas relações de poder condicionadas por condições sociais, econômicas e políticas.

Em teóricos como Max Weber, Émile Durkheim, Karl Marx e Anthony Giddens é possível identificar, mesmo não sendo objetos diretos de suas teorias, discussões sobre o território que demonstram interligações com o entendimento que esse termo possui atualmente na realidade acadêmica brasileira. Nesse sentido, a perspectiva sobre território deste artigo contempla a ideia de que ele é uma construção social desenvolvida por meio de uma multidimensionalidade de conflitos entre agentes, com trajetórias históricas diferentes, envolvendo múltiplas movimentações de fixidez-fluidez do capital e formas de usos dos recursos da superfície.

Em meio a discussões sobre o território e as suas características a proposta deste esforço acadêmico limitou-se, a partir de concepções existentes em Weber, Durkheim, Marx e Giddens sobre território e o aprimoramento do entendimento sobre o seu conceito realizado por teóricos brasileiros, posicionar a realidade da RGIM de Mossoró no debate do modelo territorial binário rural/urbano. Foram contrapostos dois posicionamentos sobre a binaridade rural/urbana. Um que defendem que o modo de vida rural e as suas relações serão, com o avanço da urbanização acelerada pelo processo de globalização, em todos os locais do mundo, eclipsados pelos modos de vida e relações típicas dos que existem nas cidades (o urbano). O outro preconiza que as relações existentes entre o rural/urbano devem ser abordadas por meio de uma visão integradora das duas realidades onde se faz necessário considerar as dicotomias e as similaridades entre os dois pólos da discussão e que o rural se molda gradativamente a partir do avanço da urbanização.

Nesta perspectiva, considerando as análises realizadas sobre a condição binária rural/urbana na RGIM de Mossoró é possível identificar, a partir da tipologia dos espaços rurais e urbanos definida pelo IBGE, que a força do urbano existente no território da região, nas duas primeiras décadas do século XXI, não é suficiente para eclipsar o rural. Evidencia-se que na delimitação espacial selecionada o rural e o urbano, principalmente em municípios predominantemente rurais, se confunde pois o processo de urbanização ocorre de forma muito segregada em apenas cinco municípios da RGIM de Mossoró e de suas fronteiras imediatas. Neste contexto o gradativo fim dos territórios rurais não parece ser uma realidade na RGIM de Mossoró. É mais provável que as relações territoriais na RGIM de Mossoró estejam

interligadas ao surgimento de uma nova ruralidade. Além disso, a partir das considerações sobre o rural/urbano na RGIM é possível visualizar que as ideias sobre o termo “território” debatidas por Weber, Durkheim, Marx e Giddens estão em sintonia com a realidade verificada.

Referências

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, p. 150-185, 2009.

BERNARDELLI, M. L. F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 33-52. (Geografia em movimento).

BRENNER, N. **Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Letra Capital Editora LTDA, 2018.

BRUM, A. **Da teoria social à modernidade = reflexividade, poder e práxis no pensamento de Anthony Giddens**. 2011. 153 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278763>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, 2008.

CARMO, R. M. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. **Sociologias**, n. 21, p. 252-280, 2009.

CLEMENTINO, M. L. M. **Economia e urbanização o Rio Grande do Norte nos anos 70**. UFRN-CCHLA, 1995.

DUARTE, R. **Impacto econômico de aposentadorias no Rio Grande do Norte é 2,4 vezes maior que FPM**. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/13/impacto-economico-de-aposentadorias-no-rio-grande-do-norte-e-24-vezes-maior-que-fpm/>>. Acesso em: 26 ago 2020.

DAVOUDI, S.; STEAD, D. Urban-rural relationships: An introduction and brief history. **Built environment**, v. 28, n. 4, p. 269-277, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Simin_Davoudi/publication/27378080_Urban-

[rural Relations in Europe/links/5a002862a6fdcca1f29f2aca/Urban-rural-Relations-in-Europe.pdf](#). Acesso em: 29 set. 2020.

DURKHEIM, É. **Sociologia e ciências sociais: histórico**. 1975.

DURKHEIM É. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 11-31. (Geografia em movimento).

FREITAG, B. **Teorias da cidade**. Papirus Editora, 2006.

FUINI, L. L. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017.

GIDDENS, A. **Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura**, Oeiras, Celta Editora, (2000 [1979])

GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991. **Modernidade e identidade**, v. 1, 200. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=lituRC9V6J8C&printsec=frontcover&dq=Anthony.+A+s+Consequ%C3%A4ncias+da+Modernidade.+S%C3%A3o+Paulo:+UNESP,+1991&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi6yKTXgZHsAhUTA9QKHfUCCEgQ6AEwA3oECAAQA#v=onepage&q=Anthony.%20As%20Consequ%C3%A4ncias%20da%20Modernidade.%20S%C3%A3o%20Paulo%20UNESP%2C%201991&f=false>. Acesso em: 10 set. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. 1. reimp. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 43-71, 2011.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, n.17, p. 19-46, 2007.

HARVEY, D. **Produção Capitalista Do Espaço**, a. Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. 2017a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: 01 dez. 2020.

LEFEBVRE, H. **La revolución urbana.** Madrid: Alianza, 1983.

MACHADO, T. A. Da formação social em marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, 18, n. 38, p. 71- 98, 2016.

MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.** Boitempo editorial, 2015.

MATHIEU, N. La notion de rural et les rapports ville-campagne en France. Des années cinquante aux années quatre-vingts. **Économie rurale**, v. 197, n. 1, p. 35-41, 1990.

NAVE, J. G. O rural e os seus duplos. **Portugal chão. Oeiras: Celta Editora**, p. 129-148, 2003.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). **SANTOS, Milton; SOUZA Maria Adélia D. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). Território, globalização e fragmentação**, v. 4, 1994.

OLIVEIRA, F. O. Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, v. 6, p. 36-54, 1982.

PARK, R. E. **Human communities: the city and human ecology.** [s.l.]: Free Press, 1952.

PINHEIRO, K. L. C. B. **O processo de urbanização da cidade de Mossoró.** Mossoró, 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, n. 9, p. 26-37, 1994.

SANTOS, M. A transição em marcha. In: _____ (Org.) **Por uma outra globalização.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 141-174, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** Edusp, 2002.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal 23 ed. **Rio de Janeiro: Record**, 2013.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, p. 73-94, 2009.

SILVA, M. V. **O terciário e a centralidade urbanorregional de Mossoró-RN.** 2017. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, out.2000.

WEBER, M. Conceito e categorias da cidade. **O fenômeno urbano**, v. 2, p. 68-89, 1979.

WHITACKER, A. M. Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: CEI, p. 187-194, 2010.

Artigo recebido em: 05/11/2020

Artigo aceito em: 14/04/2021